## Índice sistemático

Do mesmo autor	5
Prefácio à 31ª edição	25
PARTE I	
A CONSTITUIÇÃO	
1. Plano desta Parte	27
Capítulo 1º — O CONSTITUCIONALISMO	29
1. A ideia de Constituição	29
2. Antecedentes	30
3. Pactos, forais e cartas de franquia	30
4. Contratos de colonização	31
5. As leis fundamentais do Reino	31
6. As doutrinas do Pacto Social	32
7. O pensamento iluminista	32
8. Noção polêmica de Constituição	33
9. O constitucionalismo	33
10. A racionalização do poder	34
11. Valor da racionalização	35
Capítulo 2º — CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	36
1. Conceito genérico de Constituição	36
2. Constituição total	37
3. Conceito jurídico	37
4. Regras materialmente constitucionais	37
5. Regras formalmente constitucionais	38
6. Regras constitucionais quanto à aplicabilidade	38
7. Constituição material e Constituição formal	39
8. Constituição escrita e Constituição não escrita	39
9. Constituição dogmática e Constituição histórica	39
10. Constituição rígida, flexível e semirrígida	39



-dirigentedirigente	
Capítulo 3º — CONCEITO DE DIREITO CONSTITU	CIONAL
1. Direito Constitucional como ciência	
2. Direito Constitucional particular ou positivo	
3. Direito Constitucional comparado	
4. Direito Constitucional geral	
5. Direito Constitucional material e formal	
6. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito	
7. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito	
8. Relações do Direito Constitucional com disciplinas	
não jurídico	
C. 4. I. 40. O DODED CONCEDENTATION	
Capítulo 4º — O PODER CONSTITUINTE	
1. A Constituição, lei suprema	
2. Origem da ideia de Poder Constituinte	
3. O Poder Constituinte e seu fundamento lógico	
4. Poder Constituinte: originário e derivado	
5. A natureza do Poder Constituinte	
6. Titularidade: <i>consensus</i> e legitimidade	
7. O agente do Poder Constituinte	
8. O veículo do Poder Constituinte	
9. O direito de revolução	
10. Caracteres do Poder Constituinte originário	
11. Formas de expressão do Poder Constituinte originá	irio
12. O Poder Constituinte derivado: caracteres	
13. Espécies de Poder Constituinte derivado	
14. A limitação do poder de revisão	
15. Limitações temporais, circunstanciais e materiais	
16. Formas de expressão do poder de revisão	
17. O estabelecimento da Constituição de 1988	•••••
Capítulo 5º — O CONTROLE DE CONSTITUCIONA	LIDADE
1. O critério real da distinção entre rigidez e flexibilid	lade consti-
tucionais	
2. Origem americana do controle	
3. Conceito de controle de constitucionalidade	
4. Aplicabilidade e omissão no cumprimento da norma	a constitu-
cional	
5 A natureza do ato inconstitucional	



6. Formas de controle: preventivo ou repressivo	62
7. Formas de controle: judiciário ou político	63
8. Controle judiciário difuso e concentrado	64
9. Controle judiciário principal e incidental	64
10. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade	65
11. Natureza da decisão de inconstitucionalidade	65
12. O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro	65
13. Caracteres do controle judiciário no Brasil	66
14. Ação direta de inconstitucionalidade	66
15. Ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental	67
16. Atenuação dos efeitos do reconhecimento da inconstitucio- nalidade	67
17. Ação declaratória de constitucionalidade	68
18. A suspensão da eficácia por ato do Presidente da República	68
	69
19. A suspensão da eficácia por ato do Senado	69
20. Desnecessidade da suspensão no caso de ação direta	69
21. A ação de inconstitucionalidade por omissão	
22. Recurso extraordinário	71
Recurso extraordinário	72
22. Recurso extraordinário	
<ul><li>22. Recurso extraordinário</li></ul>	
22. Recurso extraordinário	72
22. Recurso extraordinário	72
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS	72 73 75
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS  1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional	72 73 75 75
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS  1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional 4. Centralização e descentralização	72 73 75 76
22. Recurso extraordinário.  23. Súmula vinculante	72 73 75 76 77
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS  1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional 4. Centralização e descentralização 5. Tipos de Estado: Estado unitário 6. Estado unitário descentralizado	72 73 75 76 77 78
22. Recurso extraordinário.  23. Súmula vinculante	72 73 75 76 77 78 79
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS  1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional 4. Centralização e descentralização 5. Tipos de Estado: Estado unitário 6. Estado unitário descentralizado	72 73 75 76 77 78 79
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS  1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional 4. Centralização e descentralização 5. Tipos de Estado: Estado unitário 6. Estado unitário descentralizado 7. Estado constitucionalmente descentralizado	72 73 75 75 76 77 78 79 79
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS 1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional 4. Centralização e descentralização 5. Tipos de Estado: Estado unitário 6. Estado unitário descentralizado 7. Estado constitucionalmente descentralizado 8. Tipos de Estado: Estado federal	72 73 75 76 77 78 79 79 80
22. Recurso extraordinário 23. Súmula vinculante  PARTE II A FORMA DO ESTADO  1. Plano desta Parte  Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS  1. Conceito e elementos do Estado 2. A soberania 3. A ordem internacional 4. Centralização e descentralização 5. Tipos de Estado: Estado unitário 6. Estado unitário descentralizado 7. Estado constitucionalmente descentralizado 8. Tipos de Estado: Estado federal 9. A repartição de competências no Estado federal	72 73 75 76 77 78 79 79 79 80 81
22. Recurso extraordinário. 23. Súmula vinculante	72 73 75 76 77 78 79 79 80 81 81
22. Recurso extraordinário. 23. Súmula vinculante	73 75 75 76 77 78 79 79 80 81 81 82



Capítulo 7º — O ESTADO BRASILEIRO	84
1. Origem e evolução do federalismo no Brasil	84
2. A tríplice estrutura do Estado brasileiro	86
3. Aspectos unitários e societários	86
4. A repartição de competências	87
5. A repartição de competência legislativa	87
6. A repartição de competência administrativa	88
7. A divisão de rendas	88
8. As quotas de participação	91
9. A intervenção federal	92
10. A decretação da intervenção	92
11. A manifestação do Congresso	93
Capítulo 8º — OS ENTES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	94
1. Os Estados-Membros	94
2. Os Territórios	95
3. O Distrito Federal	96
4. O Município	98
5. As regiões metropolitanas	100
6. Das regiões de desenvolvimento	100
PARTE III A FORMA DO GOVERNO	
1. Plano desta Parte	101
Capítulo 9º — FORMAS, SISTEMAS E REGIMES POLÍTICOS	103
1. Formas, sistemas e regimes políticos	103
2. A tipologia das formas de governo	104
A tipologia das formas de governo      A tipologia aristotélica	104 104
A tipologia das formas de governo	104 104 105
A tipologia das formas de governo      A tipologia aristotélica	104 104
A tipologia das formas de governo	104 104 105
2. A tipologia das formas de governo 3. A tipologia aristotélica 4. A tipologia dos regimes de governo 5. A tipologia dos sistemas de governo	104 104 105 105
2. A tipologia das formas de governo  3. A tipologia aristotélica  4. A tipologia dos regimes de governo  5. A tipologia dos sistemas de governo  Seção 1ª — A democracia	104 104 105 105 107
2. A tipologia das formas de governo 3. A tipologia aristotélica 4. A tipologia dos regimes de governo 5. A tipologia dos sistemas de governo  Seção 1ª — A democracia 1. Considerações gerais  Capítulo 10 — A DEMOCRACIA E SEUS TIPOS	104 104 105 105 107
2. A tipologia das formas de governo  3. A tipologia aristotélica  4. A tipologia dos regimes de governo  5. A tipologia dos sistemas de governo  Seção 1ª — A democracia  1. Considerações gerais	104 104 105 105 107 107
2. A tipologia das formas de governo 3. A tipologia aristotélica 4. A tipologia dos regimes de governo 5. A tipologia dos sistemas de governo  Seção 1ª—A democracia 1. Considerações gerais  Capítulo 10—A DEMOCRACIA E SEUS TIPOS  1. Os tipos de democracia 2. A democracia direta	104 104 105 105 107 107 108 108
2. A tipologia das formas de governo 3. A tipologia aristotélica 4. A tipologia dos regimes de governo 5. A tipologia dos sistemas de governo  Seção 1ª — A democracia 1. Considerações gerais  Capítulo 10 — A DEMOCRACIA E SEUS TIPOS  1. Os tipos de democracia	104 104 105 105 107 107 108 108 109



5. A democracia representativa	111
6. A representação política	112
7. Natureza jurídica da representação	113
8. Os partidos políticos	114
9. Partidos e opinião pública	115
10. Os grupos de pressão	116
11. A representação de interesses	118
12. A democracia pelos partidos	119
13. Crítica à democracia partidária	121
14. A democracia cesarista	122
15. A democracia semidireta	123
16. Institutos de participação direta presentes na Constituição de	
1988	123
Capítulo 11 — VALORES E FATORES CONDICIONAN-	
TES DA DEMOCRACIA	126
1. A unanimidade democrática	126
2. Os valores básicos da democracia	127
3. A opção liberal	127
4. A democracia marxista	128
5. A democracia providencialista ou social	129
6. A concretização da democracia	129
7. O pressuposto social	130
8. O pressuposto econômico	130 131
9. As condições da democracia	131
	133
11. Preparação para a democracia e experiência	
Seção 2ª — O sistema político brasileiro	135
1. O tipo de democracia	135
2. Plano da Seção	135
Capítulo 12 — A NACIONALIDADE	137
1. A nacionalidade	137
2. O brasileiro nato e o naturalizado	138
3. O estrangeiro no Brasil	138
4. A aquisição da nacionalidade	139
5. Modos de aquisição no Direito brasileiro	14(
6. Perda da nacionalidade	140
Capítulo 13 — OS DIREITOS POLÍTICOS	141
1 A cidadania	141



2. A cidadania ativa no Direito brasileiro	142
3. Aquisição e perda dos direitos políticos	143
4. Suspensão e recuperação dos direitos políticos	143
5. Elegibilidade e inelegibilidade	144
6. Irreelegibilidade	145
7. Incoerência	145
8. A inelegibilidade na Constituição de 1988	146
9. Inelegibilidades enunciadas no texto constitucional	146
10. Inelegibilidades possibilitadas pelo texto constitucional	147
11. Inelegibilidades que visam a prevenir abusos	147
12. Inelegibilidades que visam a salvaguardar a moralidade e a pro-	
bidade administrativa	147
13. A situação do militar	148
14. A impugnação de mandato eletivo	148
Capítulo 14 — OS PARTIDOS POLÍTICOS	149
1. A previsão de um estatuto partidário	149
2. O combate aos partidos antidemocráticos	151
3. Os vícios do sistema partidário brasileiro	152
3.1. O número excessivo de partidos	152
3.2. A inautenticidade dos partidos brasileiros	152
3.3. O individualismo brasileiro	153
4. O caráter oligárquico dos partidos	153
5. O desapreço por programas	154
6. Bipartidarismo e pluripartidarismo	154
7. O estatuto dos partidos na Constituição de 1988	155
8. Perda do mandato por infidelidade partidária	156
•	
PARTE IV	
A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL	
Capítulo 15 — A "SEPARAÇÃO DE PODERES"	159
1. A concentração e seus inconvenientes	159
2. A limitação do poder	160
3. Critérios de divisão do poder	160
4. A "separação de poderes". Sua origem	161
5. A classificação das funções do Estado	161
6. Crítica à classificação tradicional das funções do Estado	162
7. A interpenetração dos "poderes"	163
8. O valor atual da "separação"	163



9. O ensinamento de Loewenstein  10. A "separação de poderes" como critério de classificação o sistemas de governo	los
Seção 1ª — Os sistemas de governo	160
Capítulo 16 — O PRESIDENCIALISMO	16
Origem	169
Testacinetarismo e mataphietata particularia     A exacerbação personalista no presidencialismo brasileiro     O quadro atual	17
Capítulo 17 — O PARLAMENTARISMO	17
<ol> <li>Origem</li> <li>O parlamentarismo dualista e monista.</li> <li>A crise do parlamentarismo e a racionalização do poder</li> <li>O parlamentarismo e suas condições</li> <li>Caracteres jurídicos do parlamentarismo.</li> <li>Traços políticos</li> </ol>	17: 17: 17: 17: 17:
Capítulo 18 — O SISTEMA DIRETORIAL  1. O exemplo suíço	179 189
Seção 2ª — O Poder Legislativo	
Capítulo 19 — O PODER LEGISLATIVO E SUAS TAREFA	S. 18
<ol> <li>Poder Legislativo e função legislativa</li> <li>Crise legislativa e delegação</li> <li>O poder financeiro</li> <li>A razão de ser do Tribunal de Contas</li> <li>As funções do Tribunal de Contas</li> <li>Status do Tribunal de Contas e de seus membros</li> <li>Composição</li> </ol>	18- 18- 18- 18-



8. O poder de controle político	
9. Relação entre controle político e sistemas de governo	
10. As comissões parlamentares de inquérito	
11. O impeachment	
12. Origem do <i>impeachment</i> : Grã-Bretanha	
13. Evolução do <i>impeachment</i> : Estados Unidos	
14. O <i>impeachment</i> no Direito brasileiro	
15. Natureza do instituto	
16. O procedimento	
17. O processo dos crimes comuns	
18. Apreciação sobre o impeachment	
Capítulo 20 — ORGANIZAÇÃO E GARANTIAS DO I	FCIS.
LATIVO	
1. A organização do Legislativo	
2. O unicameralismo	
3. O bicameralismo	
4. O bicameralismo na história constitucional brasileira	
5. As sessões conjuntas do Congresso Nacional	
6. A organização do Legislativo no Brasil: direção autôr	noma
7. A auto-organização e seus limites	
8. As comissões	
9. Condições de elegibilidade	
10. O Senado na Federação	
11. Funções do Senado	
12. Composição	
13. A Câmara dos Deputados: missão constitucional	
14. Composição	
15. Crítica	
16. O modo de eleição dos deputados	
17. Funções privativas da Câmara dos Deputados	
18. Garantias da independência do Legislativo	
19. A remuneração	
20. As imunidades	
21. Proibições	
22. Impedimentos	
23. Incompatibilidades	
24. Zona cinzenta	
25. Perda do mandato	
26. Decoro parlamentar	



27. A infidelidade partidária	208
Capítulo 21 — A ELABORAÇÃO DA LEI	209
1. Considerações gerais	210
2. Evolução do Direito brasileiro	210
3. Conceituação de processo legislativo	211
4. Emendas à Constituição	213
5. As limitações ao Poder Constituinte derivado	214
6. A lei ordinária	215
7. Objeto da lei	216
8. A lei ordinária como ato complexo	217
9. A iniciativa	217
10. Iniciativa geral, reservada e vinculada	217
11. Iniciativa popular	219
12. Emenda a projetos de lei	219
13. Deliberação	220
14. A instrução do projeto	221
15. Exame em procedimento normal	221
16. Exame em procedimento abreviado	222
17. Sanção: modalidades	222
18. Sanção e defeito de iniciativa	223
19. O veto	224
20. Natureza do veto	225
21. Formalização do veto	227
22. Apreciação do veto	227
23. Promulgação	228
24. Publicação	229
25. Lei delegada	230
26. Natureza da lei delegada	232
27. Matéria vedada à delegação	232
28. Modo de autorização da delegação	233
29. Delegação ao Presidente da República	233
30. Medidas provisórias	236
31. Lei complementar	239
32. Decreto legislativo	242
33. Resolução	243
Seção 3ª — O Poder Executivo	244
1 Considerações gerais	244



Capítulo 22 — O PODER EXECUTIVO E SUA MISSÃO	246
1. O Executivo na "separação dos poderes"	246
2. A dupla missão do Executivo na doutrina clássica	247
3. O novo caráter do Executivo e suas causas	247
4. O poder governamental	248
5. A representação do Estado	248
Capítulo 23 — A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO	249
1. O Executivo: governo mais administração	249
2. As figuras básicas do governo	250
3. A chefia do Estado	250
4. A chefia do governo	251
5. Os ministros	251
6. As formas típicas de governo	252
7. A forma monocrática	252
8. A forma dualista	252
9. A forma colegiada	252
10. A estrutura do Executivo no Brasil	252
11. Os poderes do Presidente da República	253
12. A eleição do Presidente da República	253
13. Reeleição do Presidente da República	254
14. O mandato presidencial	254
15. Requisitos para a presidência	255
16. Vacância da presidência	255
17. Impedimentos do Presidente	255
18. A sucessão e a substituição do Presidente	256
19. A vice-presidência	256
20. Os requisitos para o ministério	256
21. Funções do ministro	257
22. Órgãos de apoio ao Presidente da República	257
23. Conselho da República	257
24. Conselho de Defesa Nacional	258
Capítulo 24 — A ADMINISTRAÇÃO CIVIL	259
1. Conceito	259
2. Carreira ou derrubada?	260
3. Burocracia	260
4. Tecnocracia	261
5. O estatuto do servidor público	261
6 A carreira	261



7. Estabilidade e vitaliciedade	262
8. A aposentadoria	263
9. A responsabilidade por danos	264
10. Princípios administrativos	265
Capítulo 25 — AS FORÇAS ARMADAS	266
1. Conceituação	266
2. A finalidade constitucional das Forças Armadas	267
3. A posição constitucional das Forças Armadas	267
4. A tentação militar	268
5. Hierarquia militar	268
6. O princípio da nação em armas	269
7. Garantias do militar	269
8. O militar em cargos civis	270
9. As forças policiais estaduais	270
Seção 4ª — O Poder Judiciário	271
1. Considerações gerais	271
Capítulo 26 — O PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS	272
1. A natureza da "função jurisdicional"	272
2. Ampliação da função jurisdicional	274
3. A independência do Judiciário	274
4. As condições e os efeitos da decisão judicial	275
5. A matéria sujeita ao Judiciário	275
6. As garantias do Judiciário	276
7. A independência dos tribunais	276
8. O Estatuto dos Magistrados — ingresso e promoção na carreira.	277
9. Garantias dos magistrados: as da sua independência	278
10. As da sua imparcialidade	279
11. Algumas normas da Emenda n. 45/2004	279
Capítulo 27 — A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	280
1. A complexidade da organização judiciária brasileira	280
2. A justiça federal e a estadual	281
3. A justiça comum e a especializada	281
4. Justiça especial e justiça de exceção	282
5. Divisão da justiça federal	282
6. Justiça federal comum: competência	282
7. Justica federal: órgãos	283





	3. A defesa da lei
	3.1. O Conselho Nacional do Ministério Público
	4. Ministério Público da União
	5. Ministério Público dos Estados
	6. Advocacia-Geral da União
	7. A advocacia
	8. Defensoria Pública
	PARTE V A LIMITAÇÃO DO PODER
	•
	1. Plano desta Parte
C	apítulo 30 — OS PRINCÍPIOS DO ESTADO DE DIREITO
	1. Considerações gerais
	2. A igualdade como princípio inerente à democracia
	3. Igualdade de direitos e igualdade de fato
	4. Igualdade como limitação ao legislador e como regra de interpre-
	taçãotação
	5. As desigualdades constitucionais
	6. A igualdade tributária
	7. O retrocesso da igualdade
	8. A igualdade perante a lei
	9. O princípio da legalidade
	10. A legalidade nas Constituições brasileiras
	11. A submissão do regulamento à lei
	12. O princípio do controle judiciário
	13. Due process of law
C	apítulo 31 — A DOUTRINA DOS DIREITOS FUNDAMEN-
	TAIS E SUA EVOLUÇÃO
	1. Considerações gerais
	2. Traços gerais das primeiras declarações de direitos
	3. Causas: os abusos do absolutismo
	4. Causas: a base filosófico-religiosa
	5. Causas: o contexto econômico
	6. O individualismo e sua evolução
	7. Os direitos econômicos e sociais
	8. Causas de evolução: a crítica às declarações individualistas
	9. Causas de evolução: a "questão social"



10. Causas de evolução: a extensão do sufrágio	320
11. A substância dos direitos econômicos e sociais	320
12. As manifestações da nova concepção	320
13. A nova concepção nas Constituições brasileiras	32
14. Declarações de direitos e declarações de direitos e garantias	32
15. A terceira geração dos direitos	322
Capítulo 32 — OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONS-	
TITUIÇÃO BRASILEIRA	323
1. Observações gerais	324
2-A. Direitos explícitos e implícitos	324
2-B. Direitos advenientes de tratados	325
2-C. "Inabolibilidade" dos direitos fundamentais	325
3. Classificação dos direitos explícitos	326
4. A liberdade de locomoção	32
5. A liberdade de pensamento: a liberdade de consciência	32
6. A liberdade de expressão ou manifestação do pensamento	328
7. A liberdade dos espetáculos e diversões	330
8. A liberdade de ensino	33
9. A liberdade de reunião	33
10. A liberdade de associação	33
11. A liberdade de profissão e de trabalho	332
12. A liberdade de ação	333
13. A liberdade sindical	333
14. O direito de greve	333
15. Os direitos relativos à segurança: o respeito aos direitos adqui-	
ridos	334
16. O respeito à liberdade pessoal	334
17. A inviolabilidade da intimidade	333
18. A inviolabilidade do domicílio	33:
19. A segurança em matéria penal	33:
20. Os direitos concernentes à propriedade: considerações gerais	330
21. O direito de propriedade	33'
22. A desapropriação e a indenização	338
23. Os fundamentos da desapropriação	338
24. As exceções à indenização prévia: a requisição	340
25. Os direitos do inventor	34
26. A propriedade das marcas de indústria e comércio	34
27. Os direitos de autor	342
28. Direito à herança	342
29. Aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos	342



30. Direitos sociais	
31. Direitos de solidariedade	
Capítulo 33 — OS REMÉDIOS DE DIREITO CONSTITU	JCIO-
NAL	
1. Considerações gerais	
2. O habeas corpus no Direito inglês	
3. Na história constitucional brasileira	
4. Na Constituição de 1988	
5. Exclusão do <i>habeas corpus</i> no tocante a transgressões o	
nares	
6. O mandado de segurança: origem	
7. Objeto e fundamento	
8. Mandado de segurança coletivo	
9. O direito de petição	
10. Mandado de injunção	
11. Fontes ignoradas	
12. Competência para julgamento	
13. Aspectos fundamentais	
14. A ação popular: objeto	
15. Fontes	
16. A interpretação do art. 5º, LXXIII	
17. A extensão da ação popular	
18. A causa petendi	
19. A natureza da ação	
20. Ação civil pública	
21. Habeas data	
Capítulo 34 — OS SISTEMAS DE EMERGÊNCIA	
1. Considerações gerais	
2. Os sistemas principais de defesa da ordem constitucion	nal
3. A ditadura romana	
4. A suspensão da Constituição	
5. A lei marcial	
6. A suspensão do habeas corpus	
7. O estado de sítio: origem	
8. No Direito brasileiro	
9. Análise do conceito	
10. Limitação no tempo e no espaço	
11. Os fundamentos fáticos do estado de sítio	
12. A decretação do sítio	



13. A prorrogação do sítio	369
14. A execução do sítio e a responsabilidade dos seus executores	370
15. A fiscalização judiciária	370
16. O controle político do sítio	371
17. Modalidades do sítio	371
18. As imunidades parlamentares	371
19. A questão das eleições durante o estado de sítio	372
20. O estado de defesa	372
21. Observações finais	373
PARTE VI	
A ORDEM ECONÔMICA	
1. Plano desta Parte	375
Capítulo 35 — A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	377
1. O "econômico" nas Constituições liberais	377
2. Nas Constituições sociais	378
3. Nas Constituições socialistas	379
4. A Constituição "econômica"	379
5. Objeto	380
6. Constituição econômica formal	380
7. Constituição econômica material	381
8. Elementos essenciais da Constituição econômica material	381
9. Tipos de organização econômica: economia descentralizada	382
10. Economia centralizada	383
11. Economia mista	383
12. A iniciativa econômica	383
13. O regime dos fatores de produção	384
14. A finalidade da organização econômica	385
Capítulo 36 — BASES E VALORES DA ORDEM ECONÔ-	206
MICA BRASILEIRA	386
1. Considerações gerais.	386
2. Os princípios do ordenamento constitucional econômico e sua	207
inspiração	387
A justiça social      O desenvolvimento econômico	387
	388
5. A liberdade de iniciativa	388
6. A valorização do trabalho humano	389



7. A função social da propriedade	
8. A expansão das oportunidades de emprego produtivo	
9. Soberania nacional	
10. Defesa do consumidor	
11. Defesa do meio ambiente	
12. Favorecimento às empresas nacionais de pequeno por	te
13. Os direitos do trabalhador	
Capítulo 37 — A ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOM	
ECONÔMICO	
1. Orientação básica: neoliberal	
2. A doutrina social da Igreja	
3. A socialista-democrática	
4. A marxista	
5. A corrente estatista	
6. O econômico na Constituição vigente	
7. Iniciativa privada <i>versus</i> iniciativa estatal	
8. Igualdade na competição	
9. Empresa brasileira de capital nacional e de capital estran	
- Transfer and the state of the	
PARTE VII	
PARTE VII	
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇÃ	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇÃ GENTE	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇA GENTE  1. Base da ordem social	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ĂO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇA GENTE  1. Base da ordem social 2. Seguridade social 3. Saúde 4. Previdência social	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇA GENTE  1. Base da ordem social 2. Seguridade social 3. Saúde. 4. Previdência social 5. Assistência social	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ĂO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  2. Parte da ordem social 2. Seguridade social 3. Saúde 4. Previdência social 5. Assistência social 6. Educação 7. Cultura 8. Desporto	ĂO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  2. Papítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇA GENTE  1. Base da ordem social 2. Seguridade social 3. Saúde 4. Previdência social 5. Assistência social 6. Educação 7. Cultura 8. Desporto 9. Ciência e tecnologia	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte  2. Parte Social 3. Saúde 4. Previdência social 5. Assistência social 6. Educação 7. Cultura 8. Desporto 9. Ciência e tecnologia 10. Comunicação social	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ÃO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ĂO VI-
PARTE VII A ORDEM SOCIAL  1. Plano desta Parte	ÃO VI-



## PARTE VIII A EFETIVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 39 — A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO  1. Linguagem e direito	1. Plano desta Parte	
1. Linguagem e direito	Capítulo 39 — A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	
2. A interpretação		
3. Objeções da doutrina "realista" 4. Os métodos de interpretação	2. A interpretação	
4. Os métodos de interpretação	3. Objeções da doutrina "realista"	
6. A interpretação jurisprudencial	4. Os métodos de interpretação	
6. A interpretação jurisprudencial	5. A interpretação autêntica	
8. As fórmulas de experiência		
8. As fórmulas de experiência	7. Stare decisis, súmula e efeito vinculante	
9. A interpretação constitucional 10. A lição dos antigos	8. As fórmulas de experiência	
10. A lição de Maximiliano		
11. A lição de Maximiliano		
Capítulo 40 — ESPÉCIES DE NORMAS CONSTITUCIONAIS  1. Os diferentes ângulos		
1. Os diferentes ângulos	12. A lição de Canotilho	
1. Os diferentes ângulos	Capítulo 40 — ESPÉCIES DE NORMAS CONSTITUCIONAIS	
2. A forma: normas escritas e normas não escritas		
3. A completude  4. A aplicabilidade das normas constitucionais  5. As normas exequíveis por si sós  6. As normas não exequíveis por si sós  7. A doutrina de José Afonso da Silva  8. Princípios e regras constitucionais  Capítulo 41 — OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO  1. Constituição e princípios  2. Espécies de princípios constitucionais: os princípios inferidos.  3. Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos  4. Princípios e regras: a distinção clássica  5. Princípios e regras: a doutrina substancialista  6. A aplicação dos princípios  7. A densificação dos princípios: competência do legislador  8. A aplicação direta dos princípios  9. Aplicação contra legem  10. A colisão entre princípios		
4. A aplicabilidade das normas constitucionais 5. As normas exequíveis por si sós 6. As normas não exequíveis por si sós		
5. As normas exequíveis por si sós 6. As normas não exequíveis por si sós. 7. A doutrina de José Afonso da Silva. 8. Princípios e regras constitucionais.  Capítulo 41 — OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO 1. Constituição e princípios 2. Espécies de princípios constitucionais: os princípios inferidos. 3. Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos 4. Princípios e regras: a distinção clássica. 5. Princípios e regras: a doutrina substancialista 6. A aplicação dos princípios. 7. A densificação dos princípios: competência do legislador 8. A aplicação direta dos princípios. 9. Aplicação contra legem 10. A colisão entre princípios.		
6. As normas não exequíveis por si sós		
7. A doutrina de José Afonso da Silva  8. Princípios e regras constitucionais		
8. Princípios e regras constitucionais  Capítulo 41 — OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO  1. Constituição e princípios		
Capítulo 41 — OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA APLICAÇÃO		
1. Constituição e princípios		
<ol> <li>Constituição e princípios</li> <li>Espécies de princípios constitucionais: os princípios inferidos.</li> <li>Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos</li> <li>Princípios e regras: a distinção clássica</li> <li>Princípios e regras: a doutrina substancialista</li> <li>A aplicação dos princípios</li> <li>A densificação dos princípios: competência do legislador</li> <li>A aplicação direta dos princípios</li> <li>Aplicação contra legem</li> <li>A colisão entre princípios</li> </ol>	APLICAÇÃO	
<ol> <li>Espécies de princípios constitucionais: os princípios inferidos.</li> <li>Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos</li> <li>Princípios e regras: a distinção clássica</li></ol>		
3. Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos 4. Princípios e regras: a distinção clássica		
<ol> <li>4. Princípios e regras: a distinção clássica</li></ol>		
<ol> <li>5. Princípios e regras: a doutrina substancialista</li> <li>6. A aplicação dos princípios</li> <li>7. A densificação dos princípios: competência do legislador</li> <li>8. A aplicação direta dos princípios</li> <li>9. Aplicação contra legem</li> <li>10. A colisão entre princípios</li> </ol>		
<ul> <li>6. A aplicação dos princípios</li></ul>		
7. A densificação dos princípios: competência do legislador 8. A aplicação direta dos princípios 9. Aplicação <i>contra legem</i>		
8. A aplicação direta dos princípios  9. Aplicação <i>contra legem</i> 10. A colisão entre princípios		
9. Aplicação contra legem		
10. A colisão entre princípios		
	11. Os direitos fundamentais como princípios	

